



## ***Análise Epidemiológica dos Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho no Nordeste: 2014-2024***

Rafael Bittencourt Friedrich<sup>1</sup>, Íris Eccard Camara<sup>2</sup>, Walter Elias da Silva Júnior<sup>3</sup>



<https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n11p573-587>

Artigo recebido em 28 de Setembro e publicado em 8 de Novembro de 2025

### **ARTIGO ORIGINAL**

#### **RESUMO**

**INTRODUÇÃO:** Os transtornos mentais relacionados ao trabalho (TMRT) constituem agravos de origem multifatorial, associados a fatores psicossociais como sobrecarga, baixa autonomia, assédio e desequilíbrio esforço-recompensa, sendo importantes causas de incapacidade laboral. Embora os TMRT estejam entre os principais motivos de afastamento previdenciário no Brasil, há subnotificação expressiva, especialmente na região Nordeste, o que dificulta o planejamento de ações em saúde do trabalhador. **OBJETIVO:** Analisar o perfil epidemiológico dos casos de TMRT notificados no Nordeste do Brasil entre 2014 e 2024. **METODOLOGIA:** Estudo ecológico com dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Foram incluídos todos os casos notificados de TMRT em indivíduos  $\geq 18$  anos, residentes na região Nordeste, no período de 2014–2024. As variáveis analisadas incluíram ano de notificação, sexo, faixa etária, escolaridade, ocupação, tempo na profissão, diagnóstico (CID-10), emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), evolução e condutas adotadas. **RESULTADOS:** Foram identificados 6.716 casos de TMRT. O maior número de registros ocorreu em 2023; o menor, em 2014. Houve predominância de mulheres (60,12%) e da faixa etária de 30–39 anos (37,7%). A maioria possuía ensino superior (30,51%) ou médio completo (27,44%). As ocupações mais acometidas foram profissionais das ciências e artes (20,2%), trabalhadores dos serviços e comércio (18,9%) e administrativos (16,8%); 59,72% estavam há anos na mesma função. Os diagnósticos mais frequentes foram transtornos neuróticos, relacionados ao estresse e somatoformes (F40–F48) (54,01%). Houve emissão de CAT em 26,27% dos casos e prevalência de incapacidade temporária (69,7%). Foram registrados cinco óbitos. **CONCLUSÃO:** Observou-se aumento dos TMRT ao longo da década, atingindo principalmente mulheres em idade produtiva, com maior escolaridade e inseridas em ocupações intelectuais e de serviços. Os achados reforçam o impacto das condições laborais adversas no adoecimento mental e evidenciam a necessidade de aprimorar estratégias de vigilância, prevenção, notificação e suporte psicossocial aos trabalhadores.

**Palavras-chave:** Epidemiologia; Esgotamento Profissional; Saúde do Trabalhador; Transtornos Mentais.

## **Epidemiological Analysis of Work-Related Mental Disorders in Northeast Brazil: 2014–2024**

### **ABSTRACT**

**INTRODUCTION:** Work-related mental disorders (WRMD) are multifactorial conditions associated with psychosocial factors such as work overload, low autonomy, harassment, and effort-reward imbalance, representing important causes of work incapacity. Although WRMD are among the main reasons for disability leave in Brazil, there is significant underreporting, especially in the Northeast region, which hinders planning and implementation of occupational health strategies. **OBJECTIVE:** To analyze the epidemiological profile of WRMD cases reported in Northeast Brazil between 2014 and 2024. **METHODOLOGY:** Ecological study using data from the Notifiable Diseases Information System (SINAN). All WRMD cases reported among individuals aged  $\geq 18$  years residing in the Northeast region between 2014 and 2024 were included. Variables analyzed included year of notification, sex, age group, educational level, occupation, time in occupation, diagnosis (ICD-10), issuance of Work Accident Reports (CAT), clinical evolution, and adopted measures. **RESULTS:** A total of 6,716 WRMD cases were identified. The highest number of notifications occurred in 2023, and the lowest in 2014. Women accounted for most cases (60.12%), and the 30–39 age group was the most affected (37.7%). Most individuals had completed higher education (30.51%) or high school (27.44%). The most affected occupational groups were science and arts professionals (20.2%), service and commerce workers (18.9%), and administrative workers (16.8%); 59.72% had been in the same role for several years. The most frequent diagnoses were neurotic, stress-related, and somatoform disorders (F40–F48) (54.01%). CAT issuance occurred in 26.27% of cases, and temporary disability was reported in 69.7%. Five deaths were recorded. **CONCLUSION:** WRMD cases increased over the decade, affecting mainly women of productive age, with higher education levels, and employed in intellectual and service-related occupations. These findings reinforce the impact of adverse working conditions on mental illness and highlight the need to improve surveillance, prevention, reporting, and psychosocial support strategies for workers.

**Keywords:** Epidemiology; Burnout, Professional; Occupational Health; Mental Disorders

**Instituição afiliada:** Universidade de Santa Cruz do Sul<sup>1</sup>; Faculdade de medicina de Petrópolis<sup>2</sup>; Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)<sup>3</sup>

**Autor correspondente:** Rafael Bittencourt Friedrich [rafaelbfriedrich@gmail.com](mailto:rafaelbfriedrich@gmail.com)

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



## **INTRODUÇÃO**

Os transtornos mentais relacionados ao trabalho (TMRT) configuram-se como manifestações psicopatológicas resultantes das condições laborais, reconhecidos por sua origem multifatorial e pelas consequências incapacitantes que acarretam. Essas condições podem se expressar clinicamente como depressão, ansiedade, estresse pós-traumático, entre outras, frequentemente associadas a fatores psicossociais no ambiente de trabalho, como alta demanda, baixo apoio social, desequilíbrio esforço-recompensa e comprometimento excessivo<sup>1</sup>.

A consolidação da legitimidade dos TMRT como agravos à saúde do trabalhador no Brasil ocorreu com a publicação da Portaria nº 1.339, de 19 de novembro de 1999, e sua inclusão na lista de doenças de notificação compulsória do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), por meio da Portaria nº 777, de 28 de abril de 2004<sup>2</sup>.

Embora o trabalho possa ser fonte de realização pessoal e desenvolvimento humano, sua organização pode representar um importante fator de adoecimento psíquico. A precarização das relações laborais, o excesso de cobrança e a sobrecarga emocional têm sido amplamente apontados como elementos associados ao sofrimento mental no trabalho<sup>3,4</sup>. Profissionais da saúde, especialmente da enfermagem, têm sido amplamente estudados nesse contexto, dada sua constante exposição a sofrimento humano, altas cargas horárias e baixa remuneração<sup>3</sup>.

A prevalência de transtornos mentais comuns (TMC) entre trabalhadores brasileiros varia entre 20% e 56%, sendo mais elevada entre mulheres e trabalhadores jovens<sup>2,4</sup>. Além disso, essas condições representam uma das principais causas de concessão de benefícios por incapacidade, ocupando a terceira posição entre os motivos de afastamento previdenciário no país<sup>1,5</sup>.

Na região Nordeste, embora os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) estejam entre os principais notificadores de TMRT, observa-se subnotificação expressiva, o que compromete a formulação de políticas públicas baseadas em evidências<sup>2,6</sup>. A Bahia, por exemplo, notificou 211 casos de TMRT entre 2007 e 2012,



sendo 97% desses oriundos de CEREST, com predominância de diagnósticos como estresse pós-traumático<sup>2</sup>.

Apesar dos avanços institucionais, como a criação do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP), implementado em 2007, ainda há dificuldades na caracterização pericial dos vínculos causais entre trabalho e adoecimento mental, o que fragiliza o reconhecimento dos direitos trabalhistas e previdenciários<sup>5,7</sup>.

Diante da escassez de estudos epidemiológicos com foco nos TMRT na região Nordeste e da importância de compreender os determinantes sociais do adoecimento mental nessa população, o presente estudo teve como objetivo analisar o perfil epidemiológico dos casos de transtornos mentais relacionados ao trabalho, notificados pelo SINAN, na região nordeste do Brasil, no período de 2014 a 2024.

## **METODOLOGIA**

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa ecológica, com abordagem retrospectiva, descritiva e quantitativa, que analisou dados públicos acessados por meio do aplicativo TABNET do Departamento de Informática do SUS (DATASUS). A fonte utilizada é proveniente do Ministério da Saúde, especificamente da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), e registrada no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). A coleta de dados abrangeu todos os casos notificados de TMRT entre residentes do Nordeste brasileiro, durante o período de 2014 a 2024.

Como subsídio para a condução e comunicação da pesquisa, utilizou-se a lista de verificação para estudos observacionais Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology (STROBE).

Os casos incluídos foram todos aqueles notificados como TMRT em indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos. Casos com variáveis essenciais não preenchidas foram mantidos quando não comprometeram a análise descritiva. As variáveis selecionadas foram organizadas em tabelas utilizando o software Microsoft Excel, sendo apresentadas em números absolutos e percentuais. As variáveis analisadas incluíram: ano de notificação (2014–2024), sexo (masculino e feminino), faixa etária em anos (18 a 29, 30 a 39, 40 a 49, 50 a 59 e 60 anos ou mais), escolaridade (ensino médio completo,

ensino superior completo e outros níveis), ocupação (agrupada por categorias gerais), tempo na profissão, diagnóstico segundo a Classificação Internacional de Doenças – CID-10 (com destaque para os códigos F30–F39, F40–F48 e Z73.0), emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), evolução dos casos (como incapacidade temporária e óbito) e condutas adotadas após o diagnóstico (como afastamento do trabalho e mudanças organizacionais).

A análise foi conduzida com base em estatística descritiva simples, por meio de funções básicas do Microsoft Excel, com cálculo de frequências absolutas e relativas. Reconhece-se a possibilidade de subnotificação dos casos no SINAN, bem como a inconsistência no preenchimento de algumas variáveis, limitações comuns em estudos baseados em dados secundários de abrangência nacional.

De acordo com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, por utilizar dados de acesso público e não expor a identidade pessoal dos participantes, esta pesquisa dispensa submissão e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

## **RESULTADOS**

Foram registrados 6.716 casos de transtornos mentais relacionados ao trabalho na faixa etária a partir dos 18 anos entre 2014 e 2024 na região Nordeste do Brasil.

É possível observar que o ano de 2023 foi marcado pelo maior número de notificações em decorrência de transtornos mentais relacionados ao trabalho, com 1.092 registros, enquanto o ano de 2014, de maneira inversa, denotou o menor número de notificações, com 394.

A prevalência de transtornos mentais relacionados ao trabalho foi maior entre os trabalhadores do sexo feminino, representando 60,12% do total de casos registrados, enquanto os trabalhadores do sexo masculino corresponderam 39,88% dos casos.

A maior concentração de casos ocorreu entre trabalhadores com idades entre 30 e 39 anos, representando 37,7% do total. Os trabalhadores mais jovens (18-29 anos) representaram 17,11% dos casos, os trabalhadores entre 40 e 49 anos representaram 28,36%, os trabalhadores entre 50 e 59 anos representaram 14,23% e os trabalhadores com mais de 60 anos representaram 1,59%.

Quanto ao nível de escolaridade, a maior parte dos trabalhadores diagnosticados com transtornos mentais relacionados ao trabalho possuía ensino superior completo (30,51%) ou ensino médio completo (27,44%).

Entre as ocupações, 20,2% dos casos ocorreram entre profissionais das ciências e das artes, seguidos por 18,9% de trabalhadores de serviços e vendedores do comércio, e 16,8% de trabalhadores dos serviços administrativos. Outros setores, como trabalhadores de produção de bens e serviços (15,8%), técnicos de nível médio (10,2%) e membros superiores do poder público e dirigentes (8,7%), também tiveram representação significativa no total de casos. A quase maioria dos trabalhadores estavam há anos na profissão (59,72%).

Quanto ao diagnóstico específico, 54,01% dos casos foram notificados como transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o “stress” e transtornos somatoformes (F40-F48). Transtornos do humor (afetivos) (F30-F39) foram registrados em 22,1% dos casos, e 6,48% foram diagnosticados com Síndrome de Burnout (esgotamento) (Z73.0).

A emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) foi registrada em 26,27% dos casos, com destaque para as trabalhadoras do sexo feminino, que representaram 58,9% do total das CATs emitidas. A maioria dos trabalhadores que teve a CAT emitida (52,66%) foi diagnosticada com transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e transtornos somatoformes (F40-F48). Em relação à evolução dos casos, a maioria dos trabalhadores (69,7%) apresentou incapacidade temporária após acompanhamento. Apenas 2,13% dos casos evoluíram para cura. Além disso, foram registrados 5 óbitos decorrentes de transtornos mentais relacionados ao trabalho.

As condutas gerais adotadas após o diagnóstico do transtorno mental relacionado ao trabalho foram, principalmente, o afastamento do local de trabalho (55,55%) e o afastamento da situação de desgaste mental (43,46%). Também foram observadas mudanças na organização do trabalho, com 10,1% adotando proteção individual, 3,28% adotando proteção coletiva e 8,22% adotando outras condutas.

## **DISCUSSÃO**

A análise da prevalência anual de transtornos mentais relacionados ao trabalho na região Nordeste entre 2014 e 2024 revela uma tendência ascendente, especialmente a partir de 2021. O menor percentual foi observado em 2020 (5,30%), ano em que a pandemia estava em seu auge, podendo estar relacionado ao fato de que muitos indivíduos estavam afastados de seus trabalhos ou então a uma possível subnotificação. Esse mesmo padrão foi encontrado em pesquisas que descreveram o total de fichas de doenças, agravos e eventos em saúde pública (DAE), evidenciando uma queda de 39,0% nas notificações ao se comparar os 371.421 registros realizados em 2019 com os 225.081 contabilizados em 2020, ano no qual a pandemia se intensificou<sup>8</sup>.

A partir de então, observa-se um crescimento expressivo, alcançando o pico em 2023, com 16,30% dos registros, seguido por uma leve redução em 2024 (12,80%). Esse aumento pode refletir não apenas o agravamento das condições laborais, como sobrecarga, insegurança no trabalho e precarização dos vínculos, mas também o maior reconhecimento e visibilidade dos agravos mentais ocupacionais nos últimos anos.

A análise epidemiológica dos transtornos mentais relacionados ao trabalho no Nordeste entre 2014 e 2024 revelou uma maior prevalência entre as mulheres (60,12%) em comparação aos homens (39,88%), um achado consistente com estudos que indicam maior vulnerabilidade feminina no ambiente laboral: as mulheres estão mais suscetíveis aos efeitos negativos do ambiente laboral sobre a saúde mental, em especial pela sobreposição de papéis sociais. O conceito de “dupla jornada” — a combinação do trabalho remunerado com as tarefas domésticas e cuidados familiares — gera um acúmulo de demandas que impacta diretamente a saúde mental das mulheres<sup>9</sup>. Trabalhar fora de casa, sem o suporte necessário, está associado a uma maior prevalência de sintomas depressivos entre mulheres, especialmente quando se acumulam fatores como baixa escolaridade, ausência de atividade física regular e histórico de transtornos mentais<sup>10</sup>. Além disso, as mulheres enfrentam desafios específicos, como assédio moral e sexual no trabalho, que têm sido associados a maiores índices de depressão e ansiedade<sup>11</sup>.

A maior prevalência de transtornos mentais relacionados ao trabalho entre indivíduos na faixa etária de 30 a 39 anos corrobora tendências descritas na literatura<sup>5</sup>. Evidencia-se que a incidência desses agravos no Brasil apresentou crescimento progressivo até a implementação das mudanças no Nexo Técnico Previdenciário (NTP),

com pico de notificações justamente nos períodos que coincidem com o auge da vida produtiva da população economicamente ativa<sup>5</sup>.

Quanto à escolaridade, a predominância de casos entre trabalhadores com ensino médio e superior completo pode estar relacionada às exposições psicossociais características de ocupações com altas exigências e recompensas percebidas como insuficientes. Tais funções, comumente exercidas por profissionais com maior nível educacional, inserem-se em contextos organizacionais marcados por desequilíbrios esforço-recompensa (DER), elevada demanda e baixo suporte social — fatores amplamente reconhecidos como preditores de transtornos mentais<sup>12</sup>.

Outra hipótese relevante é que a expressiva representação de trabalhadores com nível educacional mais elevado entre os acometidos reflita o acesso ampliado desse grupo à informação e aos serviços de saúde, o que favoreceria o diagnóstico e o registro formal dos transtornos. Essa interpretação reforça análises críticas que ressaltam a complexidade envolvida na definição do nexos causal entre o adoecimento mental e o trabalho, especialmente em períodos anteriores à NTP<sup>5</sup>.

A análise dos dados revela uma situação alarmante em relação à incidência de transtornos mentais vinculados ao trabalho na região Nordeste, com ênfase específica nos transtornos neuróticos, distúrbios relacionados ao estresse e transtornos somatoformes (F40-F48). Essas questões não apenas refletem as exigências crescentes do mercado de trabalho contemporâneo, mas também são consequência da exposição prolongada a ambientes organizacionais que frequentemente adotam práticas prejudiciais à saúde mental. Aspectos como a sobrecarga de atividades, metas rígidas, assédio moral e a ausência de apoio institucional criam um ambiente propício ao desenvolvimento de sofrimento psicológico entre os trabalhadores. Tais condições favorecem o surgimento de problemas como ansiedade, depressão, síndrome de Burnout e distúrbios do sono, afetando negativamente tanto o desempenho profissional quanto a qualidade de vida e os relacionamentos sociais dos indivíduos impactados<sup>13</sup>.

A pesquisa realizada revelou que 59,72% dos trabalhadores afetados por transtornos mentais estavam há vários anos ocupando a mesma função, o que sugere que a permanência em ambientes de trabalho desfavoráveis pode agravar significativamente o risco de adoecimento psicológico. Entre as ocupações, observa-se uma maior concentração de casos entre profissionais das ciências e das artes (20,2%),

seguidos por trabalhadores dos serviços e do comércio (18,9%) e trabalhadores dos serviços administrativos (16,8%). Esses grupos possuem características em comum, sendo grandes demandas emocionais, associadas a uma baixa recompensa, além de pressões organizacionais potenciais e um estresse crônico, favorecendo um desenvolvimento de estresse ocupacional e síndromes relacionadas, como a síndrome de burnout.

A precarização das relações de trabalho, com foco em contratos instáveis, aumento da carga de trabalho e falta de proteção social, impacta de maneira direta a saúde mental dos trabalhadores. Essas condições propiciam o desenvolvimento de transtornos como depressão, síndrome de burnout e transtornos ansiosos, especialmente entre trabalhadores em situações de vulnerabilidade socioeconômica. Desse modo, marcada por contratos temporários, aumento das responsabilidades e a ausência de garantias sociais, influencia diretamente na saúde mental dos trabalhadores, resultam em fatores contribuintes para o surgimento de quadros como depressão, burnout e transtornos ansiosos, com um impacto particularmente severo para aqueles em contextos de vulnerabilidade social e econômica. Em resultado, a perda de significado no trabalho e a falta de suporte institucional agravam ainda mais o quadro, resultando em um desgaste psíquico progressivo e significativo<sup>14</sup>.

A emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) em 26,27% dos casos evidencia um reconhecimento relevante, ainda que limitado, da relação entre transtornos mentais e o trabalho, considerando que a subnotificação do nexo causal ainda é um entrave na área da saúde do trabalhador<sup>15</sup>. O predomínio de mulheres entre os registros de CAT (58,9%) está em consonância com estudos que apontam maior prevalência de afastamentos por transtornos mentais e comportamentais entre trabalhadoras, especialmente aquelas com baixa renda e inseridas em atividades urbanas<sup>16</sup>.

Entre os casos com CAT emitida, observou-se alta proporção de diagnósticos classificados como transtornos neuróticos, relacionados ao estresse e somatoformes (F40–F48), correspondendo a 52,66% dos registros. Esse dado dialoga com estudos que apontam os transtornos fóbico-ansiosos (F40), subgrupo dentro dessa classificação, como os mais frequentemente notificados na região Nordeste, com destaque para os estados do Rio Grande do Norte e Alagoas<sup>15,16</sup>. A baixa taxa de cura (2,13%) e a

predominância de evolução para incapacidade temporária (69,7%) observadas neste estudo refletem o caráter crônico desses agravos, em consonância com evidências que indicam que mais de 90% dos afastamentos por transtornos mentais comuns (TMC) ultrapassam um ano de duração<sup>16</sup>.

Entre as condutas gerais adotadas após o diagnóstico de transtornos mentais relacionados ao trabalho (TMRT), o afastamento do ambiente laboral foi a medida mais frequentemente registrada, correspondendo a 55,55 % dos casos analisados. Estudo ecológico com trabalhadores da região Nordeste do Brasil identificou os estados da Bahia e do Rio Grande do Norte entre aqueles com os maiores índices de afastamentos por agravos mentais associados ao trabalho<sup>15</sup>. Em âmbito nacional, os transtornos mentais comuns (TMC) vêm se consolidando como uma das principais causas de afastamento laboral, em razão de seu caráter incapacitante e do impacto negativo sobre a produtividade dos trabalhadores. Dados recentes indicam que os TMC ocuparam a terceira posição entre os principais motivos de concessão de benefícios previdenciários por incapacidade, reforçando sua expressiva relevância no campo da saúde do trabalhador<sup>15</sup>.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se, a partir do presente estudo, que as consequências dos transtornos mentais na região Nordeste, entre os anos de 2014 e 2024 estão diretamente relacionadas com às condições laborais adversas e às desigualdades estruturais. Sendo assim, os dados sugerem não apenas para o aumento da incidência desses transtornos, mas também para a persistência de contextos de trabalho adversos, caracterizados por sobrecarga, precarização das relações de trabalho, insegurança ocupacional e ausência de suporte psicossocial. Desse modo, os dados revelam que os maiores índices de notificação de transtornos mentais ocupacionais ocorreram nos estados da Bahia e do Ceará, com destaque para os setores da administração pública, saúde e serviços sociais, cujas dinâmicas de trabalho frequentemente expõem os profissionais a estresse crônico, sobrecarga e situações de vulnerabilidade psíquica.

## **REFERÊNCIAS**



1. Silva-Junior JS, Fischer FM. Afastamento do trabalho por transtornos mentais e estressores psicossociais ocupacionais. *Rev Bras Epidemiol.* 2015;18(4):735–44. doi:10.1590/1980-5497201500040005.
2. Carneiro TMS, Oliveira NF de, Almeida MCV de, Xavier IM, Almeida IL. Notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho entre trabalhadores na Bahia: estudo descritivo, 2007-2012. *Epidemiol Serv Saúde.* 2016;25(2):363–72. doi:10.5123/S1679-49742016000200015.
3. Fernandes MA, Soares LMD, Silva JS. Transtornos mentais associados ao trabalho em profissionais de enfermagem: uma revisão integrativa brasileira. *Rev Bras Med Trab.* 2018;16(2):218–24. doi:10.5327/Z1679443520180228.
4. Coelho-Centenaro APF, Lima ACB, Rocha FLR, Schiesari LMC. Transtornos mentais comuns e fatores associados em trabalhadores de enfermagem de unidades COVID-19. *Rev Esc Enferm USP.* 2022;56:e20220059. doi:10.1590/1980-220X-REEUSP-2022-0059pt.
5. Santos Júnior CJ dos, Fischer FM. Transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho no Brasil: tendências temporais e o impacto do Nexo Técnico Previdenciário. *Cad Saúde Pública.* 2024;40(9):e00031524. doi:10.1590/0102-311XEN031524.
6. Cardoso MCB, Araújo TM de. Atenção aos transtornos mentais relacionados ao trabalho nas regiões do Brasil. *Psicol Soc.* 2018;30:e163746. doi:10.1590/1807-0310/2018v30163746.
7. Rivière M, Goldberg M, Vercambre MN. Management of work-related common mental disorders in general practice: a cross-sectional study. *BMC Fam Pract.* 2020;21:132. doi:10.1186/s12875-020-01203-z.
8. Silva Júnior JB, Sales CMM, Cavalcante JR, Pereira VOM, Barbosa MSM, Braga JU. Decréscimo nas notificações compulsórias registradas pela Rede Nacional de Vigilância



Epidemiológica Hospitalar do Brasil durante a pandemia da COVID-19: um estudo descritivo, 2017-2020. *Epidemiol Serv Saude*. 2022;31(1):e2021115. doi:10.1590/S2237-96222022000100005.

9. Chen F, Bao L, Lin Z, Zimmer Z, Gultiano S, Borja JB. Double burden for women in mid- and later life: evidence from time-use profiles in Cebu, the Philippines. *Ageing Soc*. 2018;38(11):2325–55. doi:10.1017/S0144686X17000599.

10. Gonçalves AMC, Teixeira MTB, Gama JRA, Lopes CS, Silva GA, Gamarra CJ, et al. Prevalência de depressão e fatores associados em mulheres atendidas pela Estratégia de Saúde da Família. *J Bras Psiquiatr*. 2018;67(2):101–9. doi:10.1590/0047-2085000000192.

11. Rospenda KM, Richman JA, Shannon CA. Prevalence and mental health correlates of harassment and discrimination in the workplace: results from a national study. *J Interpers Violence*. 2009;24(5):819–43. doi:10.1177/0886260508317182.

12. Silva-Junior JS, Fischer FM. Afastamento do trabalho por transtornos mentais e estressores psicossociais ocupacionais. *Rev Bras Epidemiol*. 2015;18(4):735–44. doi:10.1590/1980-5497201500040005.

13. JARRUCHE, L. T.; MUCCI, S. Síndrome de burnout em profissionais da saúde: revisão integrativa. *Revista Bioética*, v. 29, n. 1, p. 162–173, 26 abr. 2021.

14. FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 35, n. 122, p. 229–248, dez. 2010.

15. Mendonça PBS, Silva LMC, Lima RP, Costa AS, Pinto WJ, Costa AGC. Afastamentos por transtornos mentais entre trabalhadores do Nordeste brasileiro: um estudo ecológico. *Rev Bras Med Trab*. 2024;22(1):e20221007. doi:10.47626/1679-4435-2022-1007.



16. Fernandes MA, Santos Júnior JG, Costa TF, Farias SNP, Nogueira LT. Transtornos mentais e comportamentais em trabalhadores: estudo sobre os afastamentos laborais. Rev Esc Enferm USP. 2018;52:e03396. doi:10.1590/S1980-220X2017036403396.